

Rumo ao Quadro Continental Africano de Qualificações

RELATÓRIO DE SÍNTESE

ESTUDO DE MAPEAMENTO



Rumo ao Quadro Continental Africano de Qualificações

RELATÓRIO DE SÍNTESE

ESTUDO DE MAPEAMENTO

© European Training Foundation and Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit

Este relatório conclui o estudo de mapeamento dos quadros de qualificações em África, elaborado em 2020 no contexto do projeto UA-UE Competências para a Empregabilidade dos Jovens / Iniciativa de Competências para a África, Cooperação Técnica - Desenvolvimento do Quadro Continental Africano de Qualificações (ACQF).

Todos os direitos reservados. Nenhuma secção desta publicação poderá ser reproduzida, armazenada num sistema de recuperação, ou transmitida em qualquer formato ou por qualquer meio, eletrónico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou outro, sem a autorização da editora.

Os pontos de vista e opiniões expressos nesta publicação são da responsabilidade dos autores e não devem de forma alguma ser atribuídos às instituições às quais estão filiados ou à CUA ou aos parceiros do projeto, à União Europeia, ao Ministério Federal de Cooperação Económica e Desenvolvimento, Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (Agência Alemã de Cooperação Técnica) e a Fundação Europeia de Formação.

This project is co-funded by the European Union and the Federal Ministry for Economic Cooperation and Development



Supported by
giz
Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH



Agradecemos a todos os colaboradores do inquérito online sobre o ACQF, às instituições e peritos que partilharam opiniões e informações durante as visitas técnicas aos países e comunidades económicas regionais (REC), a todos os revisores nacionais do países e dos relatórios REC do estudo de mapeamento do ACQF, e aos numerosos e ativos participantes das reuniões virtuais de aprendizagem entre pares do ACQF (Julho-Outubro de 2020).

Reconhecemos e agradecemos a contribuição de Eduarda Castel-Branco (ETF) como chefe do projeto, coautora, revisora e, fundamentalmente, como criadora de relações entre todos os interessados.

Os autores deste relatório são:

- JET Education Services: James Keevy, Andrea Bateman, Zaahedah Vally, Maria Overeem, Lomthie Mavimbela, Jean Adotevi, Lee Sutherland e Raymond Matlala, com o apoio de Umar Farouq Kyari e Tolika Sibiya.
- European Training Foundation (Fundação Europeia para a Formação): Eduarda Castel-Branco.



JET EDUCATION SERVICES
THINK EDUCATION. THINK JET.

Fotografia de capa © GIZ/photothek.net/Ute Grabowskyy

How to cite this publication

ACQF. 2021. *Towards the African Continental Qualifications Framework – Synthesis report.*
Authors: Keevy, J., Castel-Branco, E., Bateman, A., Vally, Z., Overeem, M., Mavimbela, L., Adotevi, J., Sutherland, L., Matlala, R., Kyari, U.F. & Sibiya, T. Turin/Addis Ababa: European Training Foundation and Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit

Índice

<i>Acrónimos e abreviaturas</i>	iv
1. Estudo de Mapeamento do ACQF: Uma contribuição para a transparência	1
2. O ACQF no contexto político da União Africana	2
3. Visão e desenvolvimento do ACQF	3
4. Estudo de mapeamento do ACQF	5
5. Análise dos descritores de nível.....	15
6. Análise das qualificações.....	16
7. Quadros regionais de qualificações	17
8. Abordagens diferenciadas para apoiar o desenvolvimento dos QNQs	18
9. Diversos cenários de quadros de qualificações e sistemas de educação e formação do continente.....	19
10. A interação entre os QNQs, QRQs e o ACQF.....	25
11. Conclusão	26
<i>Principais fontes deste relatório de síntese</i>	27

Figuras e quadros

Figura 1: Visão geral dos Quadros Nacionais de Qualificações em África - 41 países abrangidos pelo Estudo de Mapeamento do ACQF em 2020	8
Figura 2: Variações entre os descritores de nível da SADCQF e da EAQFHE.....	16
Figura 3: Resultados de aprendizagem dos cursos de codificação - perfil de comparação com as competências da ESCO	17
Figura 4: Diferentes conceitos sobre qualificações	23
Quadro 1: Apoio diferenciado aos QNQs - considerando diferentes fases de desenvolvimento.	19

Acrónimos e abreviaturas

ACQF	Quadro Continental Africano de Qualificações
AfCFTA/ZCLCA	A Zona de Comércio Livre Continental Africana
ASG-QA	Padrões e Linhas de Orientações Africanos de Garantia de Qualidade
AU/UA	União Africana
AUC/CUA	Comissão da União Africana
BMZ	Ministério Federal do Desenvolvimento Económico e Cooperação
CAMES	Conselho Africano e Malgaxe para o Ensino Superior
CESA	Estratégia de Educação Continental para a África
EAC/CAO	Comunidade da África Oriental
EAQFHE	Quadro de Qualificações da África Oriental para o Ensino Superior
ECOWAS/CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
ESCO	Aptidões, Competências, Qualificações e Profissões Europeias
ETF	Fundação Europeia para a Formação
EU/UE	União Europeia
GIZ	Sociedade Alemã para a Cooperação Internacional
HAQAA	Harmonização da Garantia de Qualidade e Acreditação do Ensino Superior Africano
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
ISCED	Classificação Internacional Normalizada da Educação
IUCEA	Conselho Interuniversitário para a África Oriental
LMD	Bacharelato, Mestrado e Doutoramento
NAQMIS	Sistema Nacional de Gestão de Informação de Qualificações
NLRD	Base de Dados de Registos Nacionais dos Alunos
NQF/QNQ	Quadro Nacional de Qualificações
NQS/SNQ	Sistema Nacional de Qualificações
PAQAF	Quadro Pan-Africano de Garantia de Qualidade e Acreditação
GQ	Garantia da Qualidade
REC/CER	Comunidade Económica Regional
RPL	Reconhecimento da Aprendizagem Prévia
RQF	Quadro Regional de Qualificações
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SADCQF	Quadro de Qualificações da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SAQA	Autoridade Sul-Africana de Qualificações
SIFA	Iniciativa de Competências para África
TCCA	Comité Técnico de Certificação e Acreditação
TVET	Educação e Formação Técnico-Profissional
UC-SNQ	Unidade de Coordenação do Sistema Nacional de Qualificações
VAE	Validação da Experiência Adquirida

1. Estudo de Mapeamento do ACQF: Uma contribuição para a transparência

O estudo de mapeamento do ACQF encomendado pela União Africana (UA) - Programa de Competências para a Empregabilidade dos Jovens da União Europeia (UE): Iniciativa de Competências para a África (SIFA) em Cooperação Técnica - Desenvolvimento do Quadro Continental Africano de Qualificações (ACQF)¹, representa uma sólida evidência de base e um instrumento de apoio ao futuro ACQF. O relatório de mapeamento inclui vários tipos de registros:

- Um conjunto de relatórios de países e comunidades económicas regionais (CER) que explora as principais questões e características dos quadros e sistemas de qualificações em treze países (Angola, Camarões, Cabo Verde, Egípto), Etiópia, Quênia, Costa do Marfim, Marrocos, Moçambique, Nigéria², Senegal, África do Sul e Togo) e em três CERs - a Comunidade da África Oriental (EAC), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).
- Ele culmina num relatório abrangente que esboça as conclusões dos relatórios do países e das CERs, no contexto i) das políticas da UA e ii) da história internacional de várias gerações de quadros de qualificações (1980-2020).
- A peça central do relatório de mapeamento detalhado é o capítulo de 75 páginas que sintetiza as características e tendências mais salientes dos quadros de qualificações (nacionais e regionais) no continente africano, com base no inquérito ACQF continental e nos relatórios nacionais e da CER. Este capítulo consiste de análises específicas de alto valor sobre: i) uma amostra de qualificações (em matéria de hospitalidade, contabilidade e codificação) e ii) descritores de nível de uma amostra de Quadros Nacionais de Qualificações (QNQ) e Quadros Regionais de Qualificações (QRQ) com base na progressão através de domínios.
- Finalmente, o relatório detalhado inclui várias hiperligações, e um conjunto de ferramentas e modelos eletrónicos que foram incorporados no website do ACQF, para decisores políticos e investigadores que trabalham nesta disciplina, nomeadamente: Inventário do ACQF; Quadro analítico dos quadros de qualificações nacionais e regionais em África; Perfis de qualificações do ACQF; e Análise dos descritores de nível.

O relatório abrangente foi pré-publicado em inglês a 20 de Novembro de 2020 no mesmo repositório com os relatórios do Estudo de Mapeamento do ACQF. A publicação final em inglês, francês e português está agendada para Janeiro e Fevereiro de 2021.

1 JET Education Services conduziu o estudo; a ETF forneceu contributos substanciais para a concepção, revisão, análise e redação.

2 Os relatórios nacionais da Costa do Marfim e da Nigéria foram desenvolvidos pelo projeto ACQF no período de Setembro-Dezembro de 2020 após a conclusão da missão com a JET Education Services. Os autores destes relatórios são: Mohammadou Merawa e Jacinta Ezeanmukwe.

2. O ACQF no contexto político da União Africana

A educação, competências e qualificações estão no cerne da Renascença Africana. Por conseguinte, o ACQF é uma política vital sustentada por compromissos e políticas estratégicas fundamentais da UA:

- Agenda 2063³;
- Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA)⁴;
- Protocolo para o Tratado de Estabelecimento da Comunidade Económica Africana relativo à Livre Circulação de Pessoas, Direito de Residência e Direito de Estabelecimento (Protocolo de Livre Circulação da UA);⁵
- Estratégia de Educação Continental para a África (CESA 16-25);⁶ e
- Estratégias de desenvolvimento sectorial, tais como o Quadro Estratégico do Turismo Africano (2019-2028).⁷

As referências mais explícitas para um quadro de qualificações continental encontram-se nas seguintes políticas:

- Protocolo de Livre Circulação da UA: Artigo 18; e
- CESA 16-25: Objectivo Estratégico 4 c), d).

Mais importante ainda para o ACQF, o Protocolo de Livre Circulação da UA, adotado pela 30ª Sessão Ordinária da Assembleia da UA (20 de Janeiro de 2018), no seu Artigo 18 (sobre “Reconhecimento Mútuo de Qualificações”), especifica: “Os Estados Partes devem estabelecer um quadro continental de qualificações para encorajar e promover a livre circulação de pessoas.”⁸

O Objectivo Estratégico 4 do CESA visa “assegurar a aquisição de conhecimentos e competências necessários, bem como a melhorar as taxas de conclusão a todos os níveis e grupos através de processos de harmonização em todos os níveis de integração nacional e regional”. Os objetivos c) e d) referem-se explicitamente ao estabelecimento de quadros de qualificações, nomeadamente um quadro continental de qualificações ligado aos quadros de qualificações nacionais e regionais.

c) Criar quadros nacionais de qualificações (QNQ) e quadros regionais de qualificações (QRQ) para facilitar a criação de múltiplas vias para a aquisição de competências, bem como a mobilidade em todo o subsector; e

d) Desenvolver um quadro de qualificações continentais ligado às qualificações regionais e aos QNQs para facilitar a integração regional e a mobilidade dos estudantes⁹ /detentores de qualificações.

3 Agenda 2063: <https://au.int/en/agenda2063/overview>

4 AfCFTA: https://au.int/sites/default/files/treaties/36437-treaty-consolidated_text_on_cfta_-_en.pdf; Factsheet on the AfCFTA: <https://www.tralac.org/documents/resources/faqs/2377-african-continental-free-trade-area-faqs-june-2018-update/file.html>

5 AU Free Movement Protocol: <https://www.tralac.org/documents/resources/african-union/1965-protocol-to-the-abuja-treaty-free-movement-of-persons-right-of-residence-and-establishment-adopted-29-january-2018/file.html>

6 CESA 2016–2025: https://au.int/sites/default/files/documents/29958-doc-cesa_-_english-v9.pdf

7 African Strategic Tourism Framework 2019–2028: <https://www.tralac.org/documents/resources/african-union/3118-african-tourism-strategic-framework-2019-2028-executive-summary/file.html>

8 <https://www.tralac.org/documents/resources/african-union/1965-protocol-to-the-abuja-treaty-free-movement-of-persons-right-of-residence-and-establishment-adopted-29-january-2018/file.html>

9 https://au.int/sites/default/files/documents/29958-doc-cesa_-_english-v9.pdf

A UE comprometeu-se a apoiar o desenvolvimento do ACQF, tal como definido na Acção 4 da Comunicação sobre uma Nova Aliança África-Europa para o Investimento Sustentável e Emprego: Levar a Nossa Parceria de Investimento e Emprego ao Próximo Nível, foi uma comunicação adotada a 12 de Setembro de 2018 pela Comissão Europeia.¹⁰ Esta comunicação foi aprovada por todos os Chefes de Estado e de Governo da EU, na reunião do Conselho Europeu (18 de Outubro de 2018)¹¹.

A questão da mobilidade laboral

Entre as suas recomendações políticas, o relatório *Perspetivas Económicas Em África 2020* sublinha a necessidade de abordar os obstáculos à mobilidade laboral para aumentar a inclusão do crescimento, no âmbito do incremento da produtividade sectorial e das reafectações de mão-de-obra intersectorial para reduzir a pobreza em África¹². Ao permitir meramente a livre circulação da mão-de-obra entre sectores, os países africanos poderiam aumentar os rendimentos e reduzir a pobreza e a desigualdade. Para este fim, as políticas devem reformar a regulamentação laboral e as políticas de emprego para assegurar a livre circulação de trabalhadores. Além disso, embora a circulação laboral dentro dos países seja menos propensa a restrições, a mobilidade transfronteiriça é frequentemente desencorajada com base na proteção dos mercados de trabalho locais. As *Perspetivas Económicas em África* sublinham que a implementação de acordos internacionais, tais como a AfCTA, pode ajudar a remover a maioria dos obstáculos à livre circulação de trabalhadores entre países. Além disso, as políticas devem contribuir para aumentar a transferência de competências e qualificações entre sectores ou a aquisição de uma série de novas competências e qualificações para satisfazer aos requisitos dos sectores receptores. .

3. Visão e desenvolvimento do ACQFt

O desenvolvimento do ACQF foi oficialmente lançado no workshop inaugural realizado na sede da Comissão da União Africana (CUA), de 2 a 3 de Setembro de 2019. Este processo é liderado pela CUA, trabalhando em parceria com a UE, a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) e a Fundação Europeia para a Formação (ETF). O processo é participativo, baseado em análises e provas, e assenta na experiência africana e global. Até ao terceiro trimestre de 2022, o documento político e técnico da ACQF, apoiado por um plano de acção, será submetido à tomada de decisão da UA. Um conjunto de orientações técnicas, uma plataforma web com ferramentas, irá acompanhar o documento do ACQF e uma rede de peritos formados irá oferecer capacitação para as suas operações sustentáveis.

10 https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/soteu2018-africa-europe-jobs-alliance-communication-643_en.pdf

11 <https://www.consilium.europa.eu/media/36775/18-euco-final-conclusions-en.pdf>

12 *African Economic Outlook 2020*: https://au.int/sites/default/files/documents/38116-doc-african_economic_outlook_2020_.pdf

Visão e aspiração do ACQF

De acordo com a visão inicial para o ACQF apresentada no workshop inaugural em Setembro de 2019, o ACQF é **visto** como um quadro global de qualificações para o continente, baseado nos **princípios** de:

- **Inclusão** de todos os tipos de aprendizagem e níveis de qualificações (todos os subsistemas de educação e formação);
- **Abertura** às necessidades dos alunos e das partes interessadas, à aprendizagem de políticas e a lições de outros quadros de qualificações; e
- **Prontidão** à inovação: nomeadamente a transformação de competências e aprendizagem no contexto da digitalização, da ecologização e da reconstrução pós Covid-19.

Os **objectivos** do previsto ACQF são:

- Comparabilidade, qualidade e transparência das qualificações e o apoio à aprendizagem ao longo da vida das pessoas;
- Facilitar o reconhecimento de diplomas e certificados, e apoiar a mobilidade (estudantes, trabalhadores, serviços);
- Trabalhar em cooperação e complementaridade com os QNQs e QRQs e apoiar a criação de um espaço comum de educação e formação africana; e
- Promover a cooperação, alinhamento/referência entre quadros de qualificações (nacionais e regionais) em África e em todo o mundo.

Como instrumento de política, o ACQF é aguardado como um capacitador, cumprindo uma série de funções, como por exemplo:

- Uma plataforma que proporciona benefícios aos países e às CER, tais como informação facilmente acessível e atualizada sobre os QNQs no continente; bases de dados e inventários; desenvolvimento de várias capacidades, instalações de aprendizagem entre pares e de redes e recursos eletrónicos; atividades de sensibilização do público (usuários);
- Um núcleo e catalisador para o desenvolvimento e apoio à operacionalização de quadros de qualificações a nível nacional; e
- Uma referência para a cooperação com os quadros africanos e outros a nível internacional.
- O ACQF irá cooperar e interagir com os QNQs, com as Comunidades Económicas Regionais (CERs) e com os respectivos QRQs.

Desenvolvimento do ACQF

O processo de desenvolvimento do ACQF já está em curso (2019-2022) e baseia-se em dados e análise, na participação das partes interessadas, na liderança política da CUA, na sensibilização, no trabalho em rede e no desenvolvimento de capacidades. Este processo está organizado em duas fases:

Fase 1 (Setembro de 2019 a Setembro de 2020) (concluída)

- Evidência e análise de base: mapeamento do estado da situação, dinâmica, principais características e perspectivas dos quadros de qualificações no continente; e
- Envolvimento com as partes interessadas, início do desenvolvimento de capacidades e aprendizagem entre pares sobre temas-chave relacionados com quadros e sistemas de qualificações.

Fase 2 (2020-2022): Desenvolvimento do Documento Político e Técnico e Plano de Ação do ACQF (em curso)

- O processo passa da criação de provas à reflexão de opções e cenários para o ACQF como um instrumento político sustentável;
- Com base na competência conjunta de uma equipa de peritos selecionados de diferentes países africanos, a reflexão sobre os cenários possíveis para o ACQF considerará os objetivos mais vastos da integração continental (a aspiração), os resultados do estudo de mapeamento (a situação atual e a dinâmica previsível a nível nacional e regional), e o contexto global de transformação de competências e aprendizagem acelerado no âmbito da resposta à Covid-19; e
- A política e o documento técnico do ACQF reflectirão as orientações da discussão com a CUA e o Grupo Consultivo do ACQF sobre os cenários e opções para o ACQF.\

4. Estudo de mapeamento do ACQF

O estudo de mapeamento foi concebido de acordo com onze áreas temáticas, que forneceram o quadro conceptual da análise, de acordo com o documento principal de planeamento do projeto ACQF e os termos de referência do estudo.¹³ Os temas abrangem as principais áreas políticas e técnicas em que os quadros de qualificações se desenvolvem e são implementados, nomeadamente:

1. Base conceitual, política e legal dos quadros/sistemas de qualificações QNQs e QRQs): atos e políticas legais que sustentam os quadros de qualificações;
2. Governança: instituições de liderança e agências-chave, o papel dos parceiros sociais e outros intervenientes, parcerias, conselhos sectoriais, recursos, indicadores e mecanismos de apoio à implementação e monitoria;
3. Visão, âmbito e estrutura dos quadros de qualificações: objetivos e valor acrescentado para os sistemas de educação e formação, políticas de empregabilidade, níveis e descritores, âmbito (cobertura parcial e abrangente dos níveis/subsectores de educação e formação); papel da aprendizagem não formal e informal e validação/reconhecimento de aprendizagem prévia - práticas e políticas;
4. Garantia de qualidade (GQ): princípios, política, instituições, práticas, registos, mecanismos de verificação;
5. Resultados da aprendizagem: conceitos, utilização em diferentes contextos (normas de qualificação, currículo, avaliação) e subsectores (ensino e formação técnica, ensino superior) e ligações com GQ;

13 Developing the ACQF: Scope of Work and Roadmap 2019–2022 (2019), technical working document, AU–EU Skills for Youth Employability Programme: SIFA Technical Cooperation. Author: Eduarda Castel-Branco (ETF).

6. Sistemas de crédito: conceitos, especificações, transferibilidade/vias entre o Ensino e Formação Técnico-Profissional (TVET), qualificações do ensino secundário e superior; estado de desenvolvimento/implementação;
7. Alinhamento, referenciamento QNQ-QRQ: objetivos, abordagens, critérios e estado de implementação;
8. Bases de dados/registos de qualificações pesquisáveis, inclusão de qualificações, utilizadores-alvo, governação, agências envolvidas;
9. Custos, financiamento de QNQ/QRQ;
10. Divulgação, comunicação aos usuários finais (alunos, empregadores, educadores e formadores, conselheiros de orientação profissional, agências de emprego/recrutamento): mecanismos, prática, plataformas públicas/online, utilização de ferramentas digitais na gestão das qualificações; e
11. Função e lugar dos QRQs no apoio ao desenvolvimento a nível nacional: por exemplo, clareza das vias de aprendizagem e permeabilidade, promoção da confiança mútua, utilização de princípios/mecanismos comuns de GQ, utilização de resultados de aprendizagem, renovação e reforma de qualificações, novas tecnologias, abordagens melhoradas para qualificações aperfeiçoadas e outros aspetos do ambiente de educação e formação.

Estas áreas temáticas irão orientar as próximas fases do projeto de desenvolvimento do ACQF, estabelecendo uma base coerente na concepção da política e do documento técnico do ACQF, para garantir que todas as dimensões-chave sejam tomadas em consideração.

O estudo de mapeamento do ACQF integra conhecimentos e dados recolhidos a partir de várias fontes de informação: i) o inquérito online, que recebeu respostas de 33 países; ii) análises mais profundas a nível nacional e regional; e iii) investigação em ambiente de trabalho. Os webinars virtuais de aprendizagem entre pares do ACQF, realizados a partir de Julho de 2020, revelaram ser excelentes fontes de informação actualizada sobre as dinâmicas e iniciativas em curso relacionadas com os QNQs e QRQs em África. No contexto da pandemia da Covid-19, estes sete webinars de formação entre pares substituíram em grande parte os workshops convencionais do ACQF originalmente planeados em 2020 e permitiram às partes interessadas do ACQF permanecer ligadas, sensibilizadas e informadas.

Ao todo, em Outubro de 2020 o estudo de mapeamento tinha recolhido informações relevantes de 41 países. O âmbito, a exaustividade e a documentação recolhida de diferentes países e CERs variam. Durante a vigência do actual projecto do ACQF, a base de informação estabelecida por este estudo de mapeamento deve ser actualizada e integrada no planeado website do ACQF. O inventário do ACQF e outros instrumentos de referência elaborados em conjunto com o estudo de mapeamento serão mais desenvolvidos e apoiados pelo website do ACQF e divulgados na comunidade de instituições e organismos que coordenam e gerem os QNQs e qualificações no continente.

O estudo de mapeamento consiste em vários tipos de análises: a) relatório de inquérito online; b) treze relatórios de países e três CERs, nomeadamente; Angola, Camarões, Cabo Verde, Egipto, Etiópia, Costa do Marfim, Quénia, Marrocos, Moçambique, Nigéria, Senegal, África do Sul, Togo, EAC, CEDEAO e SADC; c) relatórios finais, que incluem análises e sínteses abrangentes com infográficos. Relatórios adicionais estão previstos para incluir países e regiões com cobertura limitada na investigação publicada.

Os países e os CERs foram seleccionados para as visitas técnicas com base em quatro critérios: 1) cobertura das quatro línguas da UA; 2) abrangência das diferentes fases de desenvolvimento/

implementação dos QNQs; 3) alcance das diferentes regiões geográficas africanas; e 4) CER com um desenvolvimento mais tangível dos seus QRQs.

O estudo de mapeamento do ACQF foi pioneiro na publicação de análises sobre quadros/sistemas de qualificações de vários países africanos e CERs, as quais não estavam incluídas em edições recentes dos Inventários de Quadros de Qualificações¹⁴. São países cujas experiências de quadros de qualificações são raramente conhecidas: Angola, Camarões, Cabo Verde, Moçambique, Nigéria, Senegal, Togo e a CER EAC. Estes casos enriqueceram o nosso conhecimento sobre a diversidade de abordagens adaptadas aos diferentes contextos culturais e regionais do continente. Esta é uma questão fundamental para o processo de desenvolvimento do ACQF.

O acima mencionado estudo de mapeamento é acompanhado por um conjunto de ferramentas baseadas na Internet para referência posterior, compilação, actualização e comparação de informação sobre qualificações e quadros de qualificações. Por esta razão, o relatório inclui várias hiperligações, tanto dentro do relatório, como para fontes externas, e um conjunto de ferramentas e modelos online para decisores políticos e investigadores.¹⁵

Tal como previsto, os quadros de qualificações encontram-se em diferentes fases de desenvolvimento e implementação em todo o continente. A discussão e os intercâmbios revelaram dinâmicas de QNQ de diferentes tipos e períodos de tempo. Para a análise dinâmica, o estudo de mapeamento usa cinco fases para categorizar as diferentes situações de desenvolvimento e consolidação dos quadros de qualificações:

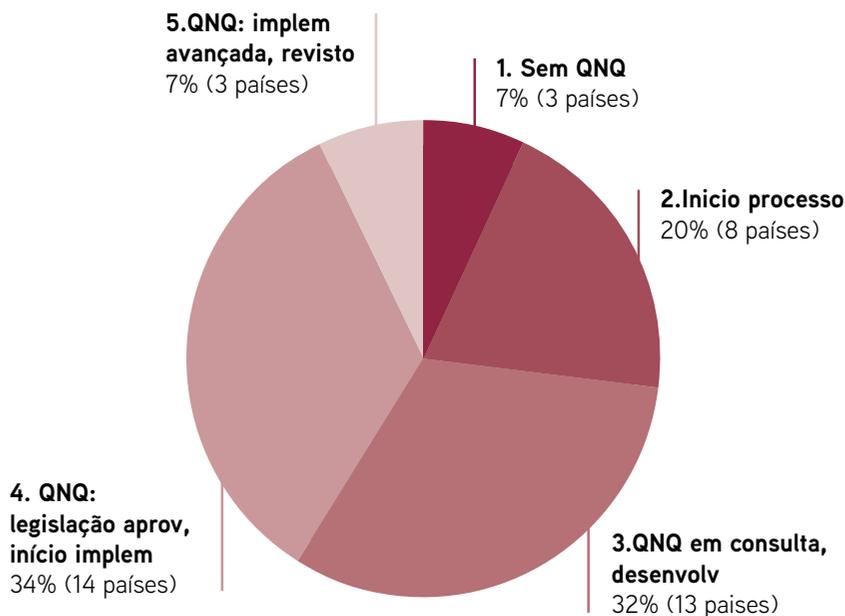
1. Quadros de qualificação não em vigor, o processo de desenvolvimento não foi iniciado;
2. Quadro de qualificações na fase inicial de reflexão;
3. Quadro de qualificações em desenvolvimento e consulta com as partes interessadas e peritos;
4. Quadro de qualificações em vigor, aprovado como um texto legal, a implementação foi iniciada; e
5. Quadro de qualificações em implementação há já algum tempo, revisto, melhorias adoptadas.

Alguns países passaram da fase inicial de reflexão para etapas tangíveis de análise e consulta rumo a um QNQ (por exemplo, Angola e Camarões). Outros países estão agora a passar de quadros sectoriais paralelos (TVET, ensino superior) para o estabelecimento de QNQs integrados e abrangentes (por exemplo, Malawi, Moçambique e Ruanda). Outros países passaram para a fase 4, após a aprovação oficial do seu QNQ (por exemplo, Eswatini, em Agosto de 2020). Outro desenvolvimento recente diz respeito ao Lesoto: o país aprovou o seu QNQ revisto em Junho de 2019 e publicou o Manual de Procedimentos do QNQ, que pode ser visto por qualquer país interessado em experiências de QNQ desenvolvidas localmente.

14 CEDEFOP, ETF, UNESCO and UNESCO Institute of Lifelong Learning, Global Inventory of Regional and National Qualifications Frameworks (edition 2019). <https://www.cedefop.europa.eu/en/news-and-press/news/2019-global-inventory-qualifications-frameworks-out>. Three previous editions are available online.

15 As ferramentas e os modelos são desenvolvidos por meio de uma plataforma Google. Estas ferramentas serão aperfeiçoadas e migradas para o website do ACQF.

Figura 1: Visão geral dos Quadros Nacionais de Qualificações em África – 41 países abrangidos pelo Estudo de Mapeamento do ACQF em 2020.



Fonte: Estudo de mapeamento do ACQF: a) inquérito online b) visitas e relatórios aos países, c) pesquisa documental, d) intercâmbios contínuos (reuniões virtuais de aprendizagem entre pares, envolvimento com os países).

As seguintes situações podem ser encontradas nas diferentes regiões geográficas africanas:

- A maioria dos quadros de qualificações em África está operacional em países da região da África Austral, onde o Quadro de Qualificações da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADCQF) está bem estabelecido. Estes QNQs foram implementados por um período mais longo e, conseqüentemente, têm bases jurídicas, instrumentos operacionais e estruturas de governação mais maduras, mantendo e assegurando a integridade dos QNQs. Conforme acima referido, dois dos mais recentes QNQs estão localizados na SADC: Eswatini (aprovado em Agosto de 2020) e Lesoto (aprovado em Junho de 2019).
- Desenvolvimentos recentes na África Oriental, nomeadamente no Quênia (desde 2014), são dignos de nota, com o estabelecimento da base legal, estrutura de governação e o novo registo de qualificações online.
- A norte, o Egipto, Marrocos e Tunísia estabeleceram legalmente os QNQs há já algum tempo e continuam a trabalhar na criação de estruturas de implementação e registos de qualificações.
- Na região da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), a Etiópia concebeu as bases técnico-conceituais do seu QNQ, mas o início da implementação ainda requer novas dinâmicas.

- Na África Ocidental, encontramos um panorama mais diversificado de quadros de qualificações: alguns países, nomeadamente o Senegal e o Togo, estabeleceram sistemas de qualificação, tais como o sistema Licence, Master et Doctorat (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento) (LMD) no ensino superior, mas ainda não existe um QNQ abrangente e integrado. O Gana implementa um quadro na formação técnico-profissional (TVET) de oito níveis e está a desenvolver um QNQ alargado que engloba o ensino superior. Cabo Verde é um exemplo raro na região de um QNQ abrangente, com uma década de experiência operacional governada por uma entidade especializada, que não era bem conhecida antes do processo de mapeamento do ACQF. Outros países da África Ocidental, como a Serra Leoa e a Guiné-Bissau, iniciaram as fases iniciais dos processos de desenvolvimento dos seus QNQs em 2020.
- Os Camarões, na África Central, têm vindo a implementar o quadro LMD no ensino superior desde 2007, e um sistema de níveis e tipos de qualificações para a TVET. Como a Estratégia Educativa 2020 do país dá prioridade ao estabelecimento de um QNQ, um grupo de partes interessadas iniciou uma reflexão em 2017, e um projecto específico com recursos consideráveis foi aprovado para arrancar em 2020.

O processo QNQ em Angola é digno de nota, uma vez que a unidade de coordenação do QNQ responsável pela orientação do processo de desenvolvimento fez progressos substanciais em 2020, finalizando a concepção técnico-conceitual do QNQ e a proposta para a estrutura de governação e registo de qualificações. O processo baseia-se numa forte apropriação nacional, e na participação das partes interessadas, apoiada pela cooperação técnica com a UE.

Em vários casos analisados, o QNQ é visto e concebido como um dos pilares/componentes do sistema nacional de qualificações, ou do sistema de educação mais vasto. É o caso de Cabo Verde, de Moçambique e, mais recentemente, de Angola. Este último fornece um exemplo útil de um país onde o QNQ se tornou firmemente enraizado em documentos estratégicos nacionais, nomeadamente no Plano Nacional de Desenvolvimento de Angola 2018-2022. Em Agosto de 2020, a nova lei, 32/20, introduziu modificações à Lei de Bases da Educação (17/16). Mais importante ainda, a nova lei menciona pela primeira vez o sistema nacional de qualificações (secção 19), definindo-o como o garante da articulação entre os níveis e domínios de resultados de aprendizagem dos diferentes subsistemas de educação e do Sistema Nacional de Educação Profissional.

A questão do âmbito do QNQ diz respeito aos níveis, mas também aos tipos de qualificações, e ao grau em que os quadros acomodam percursos de aprendizagem não formais e informais em matéria de qualificações. Em termos de abrangência, os quadros de qualificações africanos analisados podem ser agrupados em várias situações:

- Quadros sectoriais específicos que operam independentemente, ou seja, na TVET, e no ensino superior, sem um quadro unificador integrado;
- Quadros de qualificações sectoriais específicos que são operacionais mas que estão ligados e funcionam em conjunto com o QNQ de uma maior integração; e
- Um tipo de quadro de qualificações: nacional, abrangente e inclusivo.

A estrutura dos níveis dos QNQs analisados é diversa. A integração regional desempenha um papel importante na definição da composição do QNQ em certas partes do continente. Na África Austral, a estrutura de dez níveis predomina. No norte, dois dos QNQ têm oito níveis, um tem sete. Na África Ocidental, uma configuração de oito níveis é estabelecida em alguns dos QNQs.

A Etiópia passou de um conceito inicial de dez níveis para um quadro abrangente de oito. Apesar do âmbito sectorial do modelo condicionar a estrutura de níveis, existem vários casos de esquemas sectoriais que abrangem uma grande parte ou o conjunto completo de escalões: é o caso do quadro TVET no Gana (oito níveis), o subquadro de qualificações profissionais na África do Sul (oito níveis), e a arquitectura proposta do subsistema de qualificações profissionais revisto em Moçambique (nove níveis). Tanto o QNQ do Quênia como o do Lesoto têm pilares de qualificação TVET que abrangem dez níveis.

A gama dos descritores de nível capturados pelo inquérito mostra alguma diversidade, mas nos QNQs abrangentes, e em alguns quadros sectoriais específicos da TVET e do ensino superior, há uma clara predominância dos domínios: conhecimento, aptidões, competência, autonomia e responsabilidade. O mais recente dos QNQs aprovados (Eswatini) combina o domínio 'atributos pessoais' com os dois domínios habituais 'conhecimento' e 'aptidões'. O Lesoto optou por uma combinação de 'áreas de conhecimento (profundidade, amplitude e complexidade), 'natureza das aptidões' e, como terceiro domínio, 'agência e contexto'. Dois países (Marrocos e Tunísia) escolheram uma combinação de mais de três domínios de aprendizagem, acrescentando 'complexidade', 'adaptabilidade' e 'comunicação'.

Os QNQs estão associados a uma série de objectivos estratégicos e políticos, que podem ser agrupados como segue:

- Integração, coerência e permeabilidade entre os resultados da aprendizagem e as qualificações dos subsistemas;
- Qualidade, transparência, maior visibilidade e confiança dos usuários finais: pela introdução de modelos de aprendizagem, participação das partes interessadas no desenvolvimento e aprovação de qualificações, e informação acessível aos utilizadores através de instrumentos digitais e online;
- Paridade de estima e valor de aprendizagem em diferentes contextos e subsistemas: académico, vocacional, formal e informal;
- Inclusão: as qualificações podem ser obtidas através da validação da aprendizagem não formal, reconhecimento da experiência de trabalho e vida, acessível a pessoas com pouca escolaridade;
- Comparabilidade regional e global e reconhecimento de diplomas e certificados; e
- Objectivos sociais e económicos mais amplos, em especial: aumentar o número de trabalhadores qualificados, melhorar a empregabilidade dos detentores de qualificações, reforçar a competitividade e produtividade dos sectores económicos, alinhar o sistema de qualificações com a procura e a evolução das necessidades em matéria de qualificações.

Em termos de governação dos QNQs, verificou-se que uma versão mais avançada destes quadros em África tendem a ser supervisionados por agências de qualificação (autoridades, unidades de coordenação) mas também, em grande medida, por agências de GQ e comissões especializadas. De um modo geral, existe uma tendência para cenários nacionais em oposição às agências sectoriais. Nos casos em que as agências sectoriais, na TVET, no ensino superior e no ensino geral, estão bem estabelecidas, os ministérios nacionais desempenham uma função mais de coordenação e supervisão. Os ministérios desempenham sempre um papel fundamental na governação do QNQ e actuam frequentemente como incubadoras para as agências nacionais e/ou sectoriais que aparecem mais tarde. O risco de uma diversidade de departamentos e agências

com mandatos sobrepostos é genuíno, sobretudo em países com recursos escassos. Alguns países estão a aparar a sua estrutura institucional de educação e formação, procurando otimizar recursos, funções e resultados.

Verificou-se que os sistemas de gestão da qualidade estavam fortemente associados aos subsistemas ligados aos QNQs analisados. Na maioria dos casos, o sector do ensino superior costuma apresentar mecanismos de gestão de qualidade mais bem estruturados do que a TVET e o ensino geral, após ter aderido a políticas e práticas de avaliação e acreditação interna e externa, lideradas por agências (e departamentos) de gestão da qualidade com diferentes graus de autonomia e capacidade. Os níveis nacionais e regionais interagem através das actividades dos conselhos da região, que desempenham um papel importante na divulgação de boas práticas e orientações de gestão da qualidade e na prestação de apoio metodológico aos Estados-Membros. Exemplos incluem o Conselho Africano e Malgaxe para o Ensino Superior (CAMES) e, a um nível diferente, o Quadro Pan-Africano de Garantia da Qualidade e Acreditação (PAQAF). As Normas e Directrizes Africanas para a Garantia da Qualidade (ASG-QA) desenvolvidas pela iniciativa Harmonização da Garantia de Qualidade e Acreditação do Ensino Superior Africano (HAQAA) foram aprovadas em 2019. A ASG-QA inclui directrizes que recomendam que os resultados da aprendizagem sejam definidos e documentados para todos os programas e comparados com os descritores de nível dos QNQs ou QRQs. Em 2019, oito agências nacionais africanas de qualidade participaram em avaliações-piloto externas que testaram o ASG-QA.

Em vários países (Cabo Verde, Camarões, Marrocos, Tunísia), o quadro de gestão da qualidade na TVET está estreitamente associado aos princípios e métodos da abordagem baseada em competências (Approche Par Compétences, APC). O ciclo da APC envolve uma análise prospectiva de aptidões a montante, principalmente com uma delimitação sectorial, levando à concepção de normas de competência e de avaliação. Sabe-se que os estudos de acompanhamento dos diplomados contribuem de forma útil para a monitoria baseada em provas sobre a qualidade e relevância da aprendizagem e qualificações. Ainda assim, o estudo de mapeamento encontrou apenas casos raros em que tais pesquisas são realizadas regularmente e os resultados são usados para melhorar a qualidade (Marrocos é um desses casos).

A adopção dos resultados de aprendizagem como conceito e instrumento fundamental para conceber e organizar qualificações e ensino ganhou terreno em muitos países. Com esta afirmação de abordagens de resultados de aprendizagem, primeiro nas qualificações TVET, mas também gradualmente no ensino superior, sistemas e quadros vão ficando gradualmente receptivos ao Reconhecimento da Aprendizagem Prévia (RPL)/Validação da Aquisição da Experiência (VAE)/Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).

A terminologia e os conceitos são importantes no contexto diversificado do continente africano. Entre os países francófonos, o termo validação dos resultados da experiência '*validation des acquis de l'expérience*' (VAE) é amplamente utilizado e diz respeito à documentação e avaliação dos conhecimentos, aptidões e competências desenvolvidas através do trabalho e da experiência de vida em relação aos padrões de qualificação válidos para outras formas de aprendizagem (formal). A VAE pode assumir várias formas e engloba uma sequência de passos - centrados no candidato. Entre os países de língua portuguesa, especialmente Angola e Cabo Verde, o termo predominantemente usado é Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC). Ao mesmo tempo, em Moçambique, há uma preferência pelo termo Reconhecimento de competências adquiridas. Em termos gerais, o significado de RVCC e VAE é bastante semelhante. No contexto dos países anglófonos, o termo RPL tem uma acepção geral. Ainda assim, o seu significado pode ter uma interpretação diferente, abrangendo o reconhecimento de qualquer forma de aprendizagem (não só não formal e informal, proveniente da vida e experiência de trabalho).

Os relatórios dos países do estudo de mapeamento concluíram que a VAE, RVCC, e RPL alcançaram um grau diferenciado de integração e visibilidade nas políticas de educação e formação e nos sistemas de qualificações. Em alguns países, o quadro de qualificações é favorável à aprendizagem não formal e informal, e existem mecanismos e capacidades de implementação ou de desenvolvimento regulamentar-técnico. Alguns exemplos seleccionados ilustram o leque de situações relativas à RPL/RVCC/VAE:

- O estabelecimento do sistema de RVCC em Angola é definido no Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022 do país como um dos principais objectivos do sistema nacional de qualificações. Dois objectivos do programa dizem respeito à operacionalização do RVCC: a aprovação da base legal do RVCC e a conclusão de 80 experiências do mesmo.
- A Lei sobre Reconhecimento, Validação e Certificação de Competência (Decreto-Lei 54/2014 de 22 de Setembro) de Cabo Verde declara: “As pessoas adquirem, com a sua experiência de vida, nomeadamente em actividades profissionais, conhecimentos e competências relevantes para o exercício de muitas funções. Essas aptidões podem e devem ser formalmente certificadas, e, se necessário, complementadas com formação ajustada às necessidades individuais, promovendo assim o acesso a níveis de qualificação mais elevados”. A lei também define os processos de RVCC em três fases, começando pela informação e orientação, seguida do reconhecimento e validação das competências, e depois da certificação das mesmas. Para apoiar os profissionais e agências de implementação, a Unidade de Coordenação do Sistema do Nacional de Qualificações (UC-SNQ) publicou materiais de orientação, designadamente: a) Guia de apoio à operacionalização dos processos de RVCC profissional, Março de 2016, e b) Processo de reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais, Março de 2013.
- A Visão Estratégica 2030 para uma Escola de Qualidade e Promoção da Equidade em Marrocos prevê o desenvolvimento de um sistema abrangente de VAE, e salienta que se deve “Adoptar um sistema unificado de validação das realizações cognitivas e profissionais dos indivíduos, supervisionado por um organismo nacional independente, onde estarão representados os vários departamentos de educação e formação e sectores profissionais” (Lever 19, p.70). Nos últimos dez anos, a VAE acumulou alguma experiência, baseada em parcerias entre o Departamento de Formação Profissional e federações sectoriais e ministérios sectoriais, que realizaram vários projectos da VAE em sectores com grande procura de mão-de-obra qualificada. O processo VAE está estruturado em quatro fases: a) Informação e aconselhamento dos candidatos; b) Admissibilidade: instruir o processo de candidatura e decidir sobre a elegibilidade; c) Acompanhamento ao candidato; e d) Certificação: o júri decide sobre a validação das competências a partir da experiência profissional com base na norma de certificação.
- Desde a sua criação, o QNQ da África do Sul tem tomado medidas para a obtenção de qualificações e habilitações parciais através do RPL. Desde 2014, quando a apresentação dos dados se tornou obrigatória, a Autoridade Sul-Africana de Qualificações (SAQA) tem feito esforços sistemáticos para sensibilizar as partes interessadas do QNQ para este aspecto e para permitir o carregamento de dados RPL na Base de Dados de Registos Nacionais de Alunos (NLRD). Embora seja reconhecido que existem muito mais casos de RPL com sucesso do que apenas os registados, a quantidade de dados RPL a ser submetida está a aumentar ao longo do tempo. Na altura da elaboração deste relatório, o

número de estudantes que tinham alcançado uma ou mais qualificações parciais via RPL era de 87 915, com os registos de realizações de qualificações parciais via RPL a totalizar 610 956. A RPL na África do Sul é realizada e atribuída de uma forma holística, que inclui os princípios e processos através dos quais os conhecimentos e competências anteriores de uma pessoa são tornados visíveis, mediados e avaliados, e requer o envolvimento de todos os intervenientes do QNQ. Duas formas primárias de RPL são distinguidas, uma para proporcionar vias alternativas de acesso a programas de aprendizagem de nomes profissionais, emprego e progressão na carreira e a outra para prever a atribuição de créditos para uma qualificação completa ou parcial registada no QNQ. A Política Ministerial de Coordenação da RPL estabelece a coordenação e o financiamento da RPL e elabora e responsabiliza a SAQA e os conselhos de qualidade pelo desempenho das suas funções em relação à RPL, tal como previsto na Lei do QNQ. O estudo da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico do RPL, envolvendo mais de 20 países posicionou a África do Sul num agrupamento de apenas 5 países na “Fase 5 de 7”, o que significava um país com “ilhas de boas práticas de RPL”.

Os sistemas de acumulação e transferência de créditos são amplamente usados, embora existam algumas diferenças entre países e sectores. O sistema LMD no ensino superior, adoptado por um grande número de países da África Ocidental e Central, está associado a um modelo normalizado de 30 créditos (carga horária dos estudantes) por semestre. Num dos países analisados, o sistema de ensino superior segue o modelo de 1 crédito = 25-30 horas de carga horária para cada estudante, ao passo que o sistema TVET usa o modelo de 1 crédito = 10 horas de carga horária para os estudantes. Em vários países, é estabelecido o modelo de 1 crédito = 10 horas de carga horária para os estudantes. A utilização de horas nocionais é amplamente aplicada, embora se possa encontrar diferentes interpretações do conceito em diferentes sectores.

A prática internacional mostra que a criação de bases de dados ou registos de qualificações contribui para tornar os QNQs operacionais, melhorando a transparência, o alcance e o uso público. Os repertórios e registos de qualificações não podem ser desligados das taxonomias e classificações. Nos exemplos abaixo, a ligação a várias classificações relacionadas difere. Nem todos os países ligam as qualificações à Classificação Internacional Tipo da Educação – Áreas de educação (CITE – ISCED-F 2013), mas muitos deles ligam-se às classificações profissionais nacionais. Esta questão pode ser abordada de forma harmonizada a nível regional e continental, e o ACQF pode desempenhar um papel neste respeito. O estudo de mapeamento do ACQF encontrou diferentes situações e dinâmicas no que tange as bases de dados e registos de qualificações, as quais podem ser agrupadas da seguinte forma:

- Bases de dados de qualificações de qualidade assegurada ligadas ao QNQ, acessíveis e pesquisáveis online, nomeadamente através do website da instituição do QNQ. Exemplos desta situação incluem o SAQA NLRD devidamente desenvolvido, que inclui todas as qualificações de todos os subquadros e níveis e qualificações parciais. A Autoridade Nacional de Qualificações do Quênia está a finalizar o desenvolvimento do Sistema Nacional de Gestão de Informação de Qualificações (NAQMIS), que reunirá as instituições de qualificação, as qualificações atribuídas e os estudantes (lançamento previsto para Outubro de 2020). Os catálogos nacionais online das qualificações de Moçambique e Cabo Verde podem ser incluídos neste grupo, embora contenham apenas qualificações vocacionais e técnicas pré-terciárias ligadas ao QNQ.

- Listagens e repertórios de cursos e qualificações sob a supervisão dos diferentes subsistemas (tais como agências de gestão da qualidade) e instituições (fornecedores, organizações sectoriais), acessíveis online em anuários, tabelas e actos jurídicos de autorização. O estudo de mapeamento encontrou uma série de diferentes exemplos com estas características, tais como em Angola, Marrocos e Senegal.
- Informações sobre cursos e qualificações autorizados e acreditados disponíveis mediante pedido ou sem apoio da Internet (em publicações impressas), como no caso dos Camarões. Alguns tipos de bases de dados de qualificações fornecem informações estruturadas e detalhadas sobre o perfil de qualificação e resultados de saída, unidades de competência associadas, critérios de avaliação e créditos. Outras são listas muito mais concisas de títulos de qualificação por sectores.

As limitações de recursos e de capacidade determinam a qualidade e a exaustividade destes instrumentos, nomeadamente a frequência das suas actualizações. Para assegurar a transparência e integridade das bases de dados de qualificações, alguns países emitem legislação específica e orientação metodológica (por exemplo, Cabo Verde).

Num dos países do estudo (Angola) identificamos um exemplo interessante de um aplicativo móvel (“Qualificar”), promovido pelo grande Programa Nacional de Formação de RH, que inclui informação sobre todos os cursos de todo o sistema de educação e formação, pesquisável através de diferentes variáveis (sector, nível de qualificação, localização geográfica, instituição). Esta aplicação visa apoiar as escolhas de carreira e estudo dos jovens e aumentar a transparência no sistema de qualificações.

A monitoria e avaliação dos QNQs e a medição da sua contribuição para objectivos mais vastos não são frequentemente consideradas e organizadas com antecedência. Um número crescente de países na Europa e noutros continentes estão a realizar revisões e avaliações dos seus QNQs. O QNQ sul-africano passou por várias avaliações que sustentam as transformações estruturais e a nova base jurídica. As discussões durante o estudo de mapeamento com exemplos do QNQ mostraram que a problemática da monitoria e avaliação do QNQ não é subestimada e muitos países congratulam-se com o apoio ao desenvolvimento de ferramentas e sistemas adequados. Em alguns países, a legislação do QNQ estipula a obrigação de monitorar o progresso e medir o impacto (Cabo Verde). Noutros países, a lei da educação obriga o Estado a assegurar a avaliação regular do sistema de educação e formação por órgãos especializados (Camarões). O Conselho Nacional de Educação, Formação e Investigação Científica de Marrocos tem a responsabilidade está equipado com os recursos para realizar avaliações regulares de todos os subsistemas de educação e formação e outras análises temáticas específicas.

Governos e parceiros socioeconómicos concordam com a necessidade de melhorar e utilizar melhor a informação do mercado de trabalho para monitorar e antecipar a dinâmica da procura e oferta, a empregabilidade, o impacto das megatendências (digitalização, transformação ecológica e eventos como a pandemia da Covid-19) nas competências e qualificações - consideradas indispensáveis para melhorar a harmonização e para ajustar/reorientar os sistemas de qualificações. Hoje em dia, isto implica o envolvimento na inovação para melhorar a inteligência do mercado de trabalho: reforçar os observatórios do mercado de trabalho, explorar o potencial das fontes de dados existentes e novas (internet e administrativas, sob regras estritas de protecção de informação), interligar bases de dados e sistemas de informação, utilizar novas ferramentas de visualização e novas análises de resultados. O estudo de mapeamento identificou vários observadores do mercado de trabalho que trabalham com diferentes capacidades técnicas e analíticas em países como Angola, Marrocos, Moçambique e Tunísia.

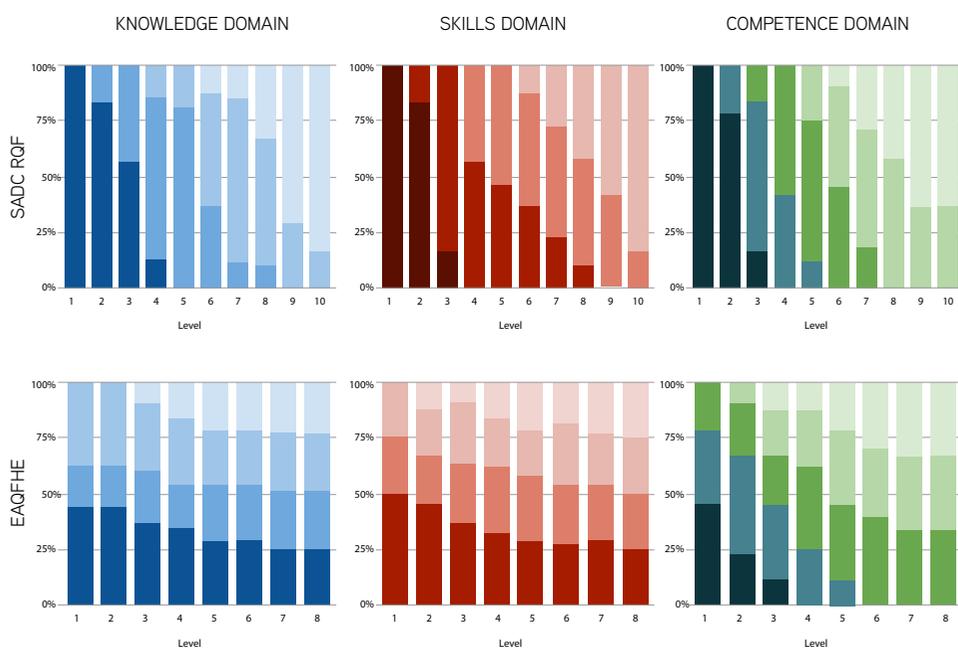
5. Análise dos descritores de nível

Foi realizada uma análise comparativa inicial de uma selecção de descritores de nível dos quadros de qualificações nacionais e regionais, os quais incluem descritores de nível de Cabo Verde, Gâmbia, Senegal, Egipto, Botswana, Marrocos, Moçambique e Gana, bem como da SADC e da EAC. A análise inclui tanto componentes qualitativos como quantitativos.

Da análise qualitativa verificou-se que a maioria dos QNQs se concentra fortemente no conhecimento factual nos seus primeiros níveis, mas alguns introduzem o conhecimento conceptual mais cedo, como no Senegal. No outro extremo, a introdução de descritores a nível metacognitivo nos níveis mais elevados do QNQ não é consistente. Por exemplo, o Quénia concentra-se exclusivamente nesta área, enquanto Cabo Verde e Moçambique ainda contêm uma distribuição das dimensões do conhecimento nos seus níveis mais elevados do QNQ. Ao longo dos níveis, a análise demonstrou uma mudança gradual para níveis de conhecimento mais elevados ao longo dos níveis do QNQ. Globalmente, verificou-se que as divergências na língua e nos descritores de nível usados em diferentes tipos de quadros de qualificações resultam em diferenças na forma como os resultados de aprendizagem são definidos e descritos.

A análise quantitativa envolveu a aplicação de três taxonomias (Bloom Revisto, Estrutura do Resultado da Aprendizagem Observada e o Modelo Dreyfus de Aquisição de Competências) a três domínios comumente usados (conhecimento, incluindo uma dimensão cognitiva, aptidões e competência). A avaliação mostrou variações semelhantes dos descritores de nível da SADCQF e do Quadro de Qualificações da África Oriental para o Ensino Superior (EAQFHE) nas áreas de conhecimento, aptidões e competências, tal como ilustrado no diagrama abaixo¹⁶.

16 A análise dos descritores de nível do QNQ é apresentada de forma semelhante no relatório de mapeamento.

Figura 2: Variâncias entre os descritores de nível do SADCQF do EAQFHE

Legenda:

Conhecimento	Factual	Conceptual	Processual	Metacognitiva	
Habilidades	Pré-estrutural	Uni-estrutural	Multi-estrutural	Relacional	Abstrato Expandido
Competências	Iniciante	Iniciante Avançado	Competente	Proficiente	Perito

Esta análise dos descritores de nível explorados no estudo de mapeamento sugere que uma aplicação mais ampla da metodologia pode ter valor, incluindo uma abordagem mais automatizada através de algoritmos. Estes aperfeiçoamentos poderiam permitir uma análise mais consistente dos descritores durante os processos de referência.

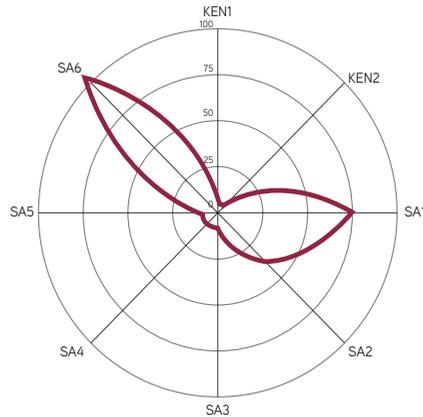
6. Análise das qualificações

Foi também realizada uma análise de uma selecção das qualificações do Quénia, África do Sul, Botswana e Namíbia. A abordagem baseou-se num conjunto de critérios acordados para recolher uma amostra de qualificações dos países africanos que pudessem ser equiparadas à taxonomia ESCO (Competências, Qualificações e Profissões Europeia), e apresentadas como perfis de qualificações.

No contexto deste estudo de mapeamento, não foram encontrados exemplos comparáveis de qualificações em assistentes de hotelaria, os quais foram substituídos por qualificações que são comuns no sector da formação em hotelaria e reflectem uma ampla formação em serviços de hospedagem a nível de certificado. No caso de qualificações para um contabilista, verificou-se que os cursos de primeiro grau em contabilidade não eram comuns. Os cursos de codificação de ensino foram também incluídos na análise. Verificou-se que as qualificações em hotelaria não

tinham necessariamente o mesmo enfoque que as qualificações da ESCO, ao passo que a amplitude e profundidade das qualificações em contabilidade também diferiam das qualificações da ESCO aos mesmos níveis. A análise do perfil do curso de codificação em relação ao perfil da taxonomia ESCO é apresentada na Figura 3 abaixo¹⁷.

Figura 3: Resultados de aprendizagem dos cursos de codificação – perfil de comparação com as competências da ESCO



Coding, Digikids and @iLabAfrica, Strathmore University	Coding workshops, Pwani Teknogalz	WeThinkCode	Umuzi
KEN1	KEN2	SA1	SA2
Project CodeX	CodeSpace	Quirky30	CapaCiTi
SA3	SA4	SA5	SA6

7. Quadros regionais de qualificações

Entre os QRQs, a SADC foi considerada a mais avançada em termos da sua base legal, técnica e institucional, tendo o QRQ da SADC (SADCQF) sido aprovado desde 2011, e reactivado em 2017. Na CEDEAO, os Ministros da Educação aprovaram em Outubro de 2013 as orientações e o roteiro para a implementação dos QNQs e dos QRQs na região. Na EAC, a EAQFHE foi adotada pelos Ministros em Abril de 2015, trabalhando em complementaridade com os sistemas regionais de gestão da qualidade. A EAQFHE tem oito níveis, desde o ensino primário inferior até ao grau de doutoramento. O Comité Técnico de Certificação e Acreditação (TCCA) da SADC destacou-se como um organismo de supervisão de longa data que tem promovido o QRQ da SADC. Na EAC, a coordenação geral para a secção de ensino superior da EAQFHE é da responsabilidade do Conselho Inter-universitário para a África Oriental (IUCEA), que é o órgão de custódia e de governo delegado pela EAC. Os QNQs de dois Estados-Membros da SADC foram alinhados com o QNQ da SADC (África do Sul e Seychelles) e o alinhamento está em curso nas Maurícias.

¹⁷ A análise dos perfis de qualificações contabilísticas e de hotelaria à ESCO é apresentada de forma semelhante no relatório de mapeamento.

8. Abordagens diferenciadas para apoiar o desenvolvimento dos QNQs

O ACQF visa contribuir e permitir o desenvolvimento de quadros de qualificações no continente. O apoio ao desenvolvimento de QNQs deve ser contextualizado, levar em conta outras experiências, e ser adequado ao fim a que se destina.

Vários níveis de diferenciação de quadros de qualificações foram identificados por este estudo de mapeamento. A fase de desenvolvimento e implementação do QNQ é uma linha fundamental de diferenciação.

Conforme referido na secção 4 deste relatório de síntese, os países africanos encontram-se claramente em diferentes níveis de desenvolvimento do QNQ. Mais importante ainda, é que a afectação dos países em fases de desenvolvimento pode ser bastante fluida dada a dinâmica actual, pelo que deve ser revista e actualizada, à medida que mais países se movem entre fases. Em 2019-2020 vários países tomaram medidas para começar a desenvolver os seus QNQs (Angola, Camarões, Guiné-Bissau, Serra Leoa e Somália). Mas este grupo de 'QNQ no início da reflexão' já está a mudar, uma vez que Angola entrou na fase de 'QNQ em desenvolvimento e consulta', e no final de 2020 está a finalizar a planificação conceptual e técnica do QNQ, discutida entre instituições públicas, organizações profissionais e parceiros sociais. Em 2019-2020 dois países adoptaram o seu texto legal e base regulamentar do QNQ (Lesoto e Eswatini) e passaram para a fase de 'QNQ em vigor, base legal aprovada, implementação iniciada'. No mesmo período, pelo menos um país (Cabo Verde) reviu os actos jurídicos existentes do QNQ e adoptou um novo pacote de instrumentos jurídicos e regulamentares, reforçando o sistema nacional de qualificações e o QNQ. Outros países estão a preparar-se para se envolverem na revisão do seu QNQ (Seychelles). Em vários casos, os esforços políticos centraram-se na integração dos quadros de qualificações sectoriais existentes num QNQ de âmbito abrangente (Ruanda e Moçambique).

Este estudo de mapeamento capta vestígios destes movimentos. Outras características específicas não podem ser negligenciadas - por exemplo, as relacionadas com certos pontos comuns regionais. Tal como elaborado na secção 9 deste relatório, há uma sobreposição crítica entre os agrupamentos, nomeadamente as diferenças entre os países anglo-, luso-, francófonos e árabes. Estas divergências não devem ser ignoradas e compromissos específicos com países em cada uma destas categorias linguísticas ocorrem em todos os agrupamentos resumidos no quadro abaixo. O projeto ACQF continua a envolver-se com os países, para recolher actualizações sobre as suas iniciativas do QNQ planeadas e em curso, e para preencher as lacunas de informação em vários países.

Quadro 1: Apoio diferenciado aos QNQs – considerando as diferentes fases de desenvolvimento

Fase de desenvolvimento do QNQ	Tipo de apoio potencialmente mais valioso
QNQ em vigor e implementado há já algum tempo, e revisto	Trabalho em rede, colaboração, revisão de pares, referenciamento, exploração de novas metodologias. Monitoria e avaliação simplificadas. Alinhamento com outras políticas, tais como o mercado de trabalho. Estes QNQs devem partilhar as suas experiências, desafios e perspectivas com todas as outras iniciativas dos QNQs em África.
QNQ em vigor, texto legal aprovado, implementação iniciou-se	Apoio técnico, aprendizagem entre pares relacionada com factores-chave de implementação (dimensões), tais como: formação e planeamento organizacional, instrumentos operacionais, registo de qualificações, pacote metodológico; governação e gestão do QNQ para sustentabilidade e impacto; inventário das qualificações existentes. Participação em redes e agrupamentos regionais, continentais e internacionais.
QNQ em desenvolvimento e consulta	Apoio técnico, aprendizagem entre pares relacionada com as principais questões e temas políticos e técnicos, desbloqueio de obstáculos-chave, orientação sobre aspectos reguladores jurídicos.
QNQ na fase inicial de reflexão	Assistência técnica, aprendizagem entre pares, partilha de experiências de apoio à criação da visão e participação. Análise de opções, análise FOFA, planeamento estratégico, desenvolvimento de capacidades e adesão das partes interessadas.
QNQ não em vigor, desenvolvimento não foi iniciado	Apoio técnico de alto nível, partilha de experiências - desenvolvimento de capacidades locais, auto-avaliação e análise de base.

9. Diversos cenários de quadros de qualificações e sistemas de educação e formação do continente

Os desenvolvimentos e a investigação sobre quadros e sistemas de qualificações têm sido frequentemente associados a países, comunidades e literatura de língua inglesa. Como se vê neste relatório de mapeamento do ACQF, no continente africano, os QNQs actualmente alcançaram uma maior consolidação entre os países anglófonos. Entre 17 países (de um total de 41) que se verificou terem QNQs em vigor (acto legal aprovado e implementado, e QNQ em vigor há algum tempo e revisto), 11 estão na SADC, dos quais apenas Moçambique não é um país anglófono. Para além da SADC, existem outros QNQs em vigor - em Cabo Verde, Quénia, Marrocos, Ruanda, Tunísia e Uganda.

No entanto, para o processo de desenvolvimento do ACQF e a configuração da função e dos instrumentos do futuro ACQF, é fundamental desenvolver uma compreensão diferenciada e contextualizada das semelhanças e diferenças das diversas tradições de educação e formação e quadros de qualificações, de forma a apoiar os seus pontos fortes e contribuindo para a compreensão mútua entre a diversidade de países e regiões. Noutras palavras, isto implica também um melhor conhecimento das características, desenvolvimentos e perspectivas dos sistemas de qualificações e dos quadros de qualificações dos países africanos de língua árabe, francesa e portuguesa. A aspiração de um espaço comum de educação continental assente em princípios e objectivos partilhados depende em parte da aceitação mútua gradual das realizações, princípios e caminhos de cada um no estabelecimento dos sistemas e quadros de qualificações dos países africanos independentes. A aprendizagem de políticas, e não o seu empréstimo, deve orientar o processo do ACQF. O empréstimo de políticas arrisca, na melhor das hipóteses, diferentes níveis de incerteza e, na pior das hipóteses, a negação da tradição de educação e formação no país e/ou na região.

Uma comparação mais diferenciada das semelhanças e diferenças é tentada abaixo e terá de ser mais explorada durante o processo do ACQF. A este respeito, é importante notar que apesar das especificidades nacionais e sociais e das tradições de educação e formação, estes países também partilham certos aspectos conceptuais, princípios e características estruturais relacionadas com os seus sistemas de educação e formação. Considerando os domínios de interesse deste relatório de mapeamento, analisamos as principais dimensões abaixo:

- Estado dos QNQs;
- Conceito de “qualificação”; e
- Abordagem baseada em competência.

Países com ligações às tradições francesas na educação e na formação

Estado dos QNQs

Neste relatório, fizemos uma distinção entre um sistema nacional de qualificações e um QNQ. Esta diferenciação é essencial quando argumentamos que países sem quadros de qualificações estabelecidos têm sistemas de qualificações com tipos e níveis (ciclos) de qualificações definidos, incluindo gestão da qualidade mais ou menos desenvolvida em termos de ciclos, programas, conceção e atribuição de qualificações.

Sistema de Qualificação

Isto inclui todos os aspectos das actividades de um país que resultam no reconhecimento da aprendizagem. Estes sistemas incluem os meios para desenvolver e operacionalizar a política nacional ou regional sobre qualificações, acordos institucionais, processos de gestão da qualidade, processos de avaliação e atribuição, reconhecimento de competências e outros mecanismos que ligam a educação e formação ao mercado de trabalho e à sociedade civil. Os sistemas de qualificação podem ser mais ou menos integrados e coerentes. Uma característica de um sistema de qualificações pode ser um quadro explícito de qualificações.

Quadro de Qualificações

Um quadro de qualificações é um instrumento para o desenvolvimento e classificação das competências de acordo com um conjunto de critérios para os níveis de aprendizagem alcançados. Esta série de critérios pode ser implícita nos próprios descritores de qualificações ou explícita sob a forma de um conjunto de descritores de nível. O âmbito dos quadros pode ser abrangente de todos os resultados e trajetórias de aprendizagem ou pode ser limitado a um sector particular - por exemplo, educação inicial, educação e formação de adultos ou uma área profissional. Algumas estruturas podem ter mais elementos de concepção e uma estrutura mais rigorosa do que outras; algumas podem ter uma base jurídica, enquanto outras representam um consenso de pontos de vista dos parceiros sociais. Todos os quadros de qualificação, contudo, visam estabelecer uma base para melhorar a transparência dessas qualificações, sua qualidade, acessibilidade, ligações e reconhecimento público ou do mercado de trabalho tanto num país como a nível internacional.

A Recomendação do Quadro Europeu de Qualificações de 2017 define um quadro de qualificações assim:

uma política e instrumento para o desenvolvimento e classificação das qualificações de acordo com um conjunto de critérios alcançados para níveis específicos de aprendizagem, que visam integrar e coordenar os subsistemas nacionais de qualificações e melhorar a transparência, acesso, progressão e qualidade das qualificações em relação ao mercado de trabalho e à sociedade civil.

Este estudo de mapeamento concluiu que países como os Camarões, Senegal e Togo têm quadros de qualificações implícitos, consistindo numa série de níveis de qualificação no subsistema da TVET, e no quadro do ensino superior. A mudança para desenvolver QNQs explícitos, baseados em descritores claros de graus de qualificação, e orientados de modo a integrar e clarificar as ligações entre níveis e subsistemas, é mais um passo a ser considerado pelos países.

ECom excepção de Marrocos e da Tunísia, o desenvolvimento e estabelecimento de QNQs explícitos, no sentido explorado neste relatório, não têm estado na vanguarda das prioridades políticas da maioria dos países, ou não têm sido particularmente bem-sucedidos. Se as Maurícias podem ser consideradas um país bilingue (inglês e francês), então trata-se de um caso raro de um QNQ avançado (em funcionamento e revisão) relacionado ao agrupamento. Nos últimos anos, porém, nota-se a emergência gradual de uma tendência de mudança. Países como os Camarões e Madagáscar tomaram medidas para iniciar a reflexão e conceptualização dos seus QNQs, uma vez que a necessidade de integração e permeabilidade entre subsistemas e tipos de qualificações existentes se tornou uma questão determinante para a clareza do sistema de qualificações, e uma melhor oportunidade para as trajetórias da aprendizagem contínua das pessoas.

A relativa raridade de um quadro de qualificações explícito não impediu o desenvolvimento de instrumentos tais como sistemas de crédito e abordagens de resultados de aprendizagem. A prevalência do APC nos sistemas TVET de Marrocos, Tunísia e Camarões mostra claramente que a) as abordagens de resultados de aprendizagem podem ser precursoras ao estabelecimento de um QNQ num país; e b) a ligação entre a engenharia de formação APC e os níveis de qualificações alvo do subsistema, conforme exemplificado para Marrocos e Camarões. O desenvolvimento e a operacionalização dos QNQs edificarão sobre o sistema existente de níveis e tipos de qualificações, uma vez que estes têm significado e valor social, e trazem novos paradigmas relacionados com ligações verticais e horizontais, progressão, uma visão mais inclusiva e flexível sobre processos e realizações contínuos de aprendizagem.

Conceito de ‘qualificação’

Conforme discutido acima, na maioria dos países francófonos, o conceito de “qualificação” (em inglês) corresponde à “certificação” (em francês), que corresponde ao resultado avaliado da aprendizagem (diplôme, brevet, certificat). Em contrapartida, o termo francês “qualificação” corresponde a uma categoria diferente: o nível de certificação. O nível de qualificação de uma certificação é dado em acordo com o mundo do trabalho (parceiros sociais). Consequentemente, os QNQs consistem em certificações (diploma, patente, certificado), que são “objectos” classificados por nível de “qualificação”.

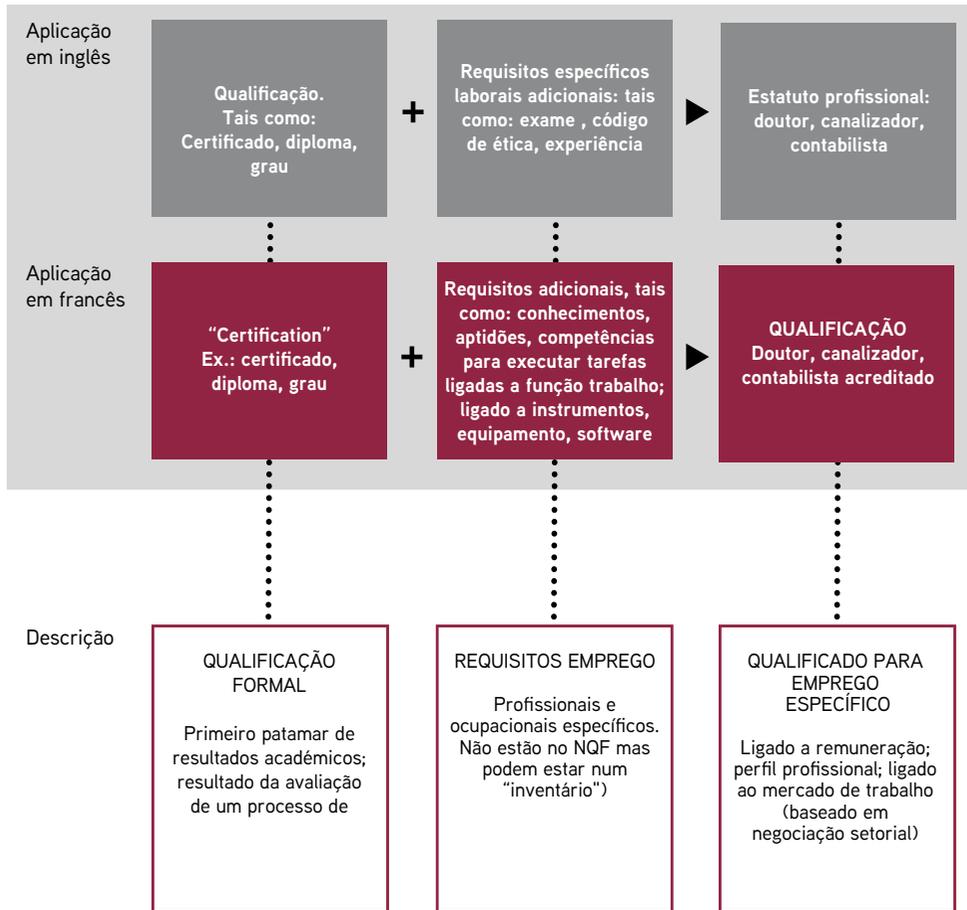
O recém-adoptado Quadro Nacional de Qualificações Profissionais Francês, adoptado a 8 de Janeiro de 2019, tem oito níveis de qualificação e esclarece as definições dos descritores de nível, com base na combinação de conhecimentos, aptidões, responsabilidade e autonomia.

No contexto de Marrocos, o sistema TVET oferece dois tipos desta relação formação-qualificação: formação diplômante (formação que conduz a um diploma, patente, certificado) e formação qualificante (formação contínua, não conducente a uma certificação, mas valorizada pelos empregadores para fins de emprego). Deve ser mencionado que alguns países francófonos aderiram ao termo “qualificação” tal como utilizado no contexto anglófono. Exemplos são a Tunísia e, na União Europeia, o Luxemburgo. O QNQ tunisino designa-se Classification Nationale des Qualifications, ao passo que o QNQ de Marrocos chama-se Cadre National des Certifications (Quadro Nacional de Qualificações).

O Luxemburgo também usa a terminologia ‘qualificação’, tal como definida nos contextos anglófonos, conforme salientado no Relatório de Referência do QNQ Luxemburguês para o EQF. Este esclarecimento merece ser notado:

Uma das características do CLQ (Cadre Luxembourgeois de Qualifications) diz respeito à terminologia usada. Embora a palavra francesa “certificação” seja utilizada nos textos oficiais europeus como o equivalente da palavra “qualification” em inglês, aqui no Grão-Ducado, na sequência das discussões iniciais sobre o desenvolvimento de um quadro nacional, preferimos optar pela utilização da palavra “qualification” em francês, porque esta inclui a noção de certificação e estabelece uma ligação com o mundo do emprego.

A figura 4 fornece um resumo genérico das semelhanças e diferenças entre países de língua inglesa e francesa. Espera-se que este modelo possa ser expandido no processo do ACQF para incluir outras tonalidades na interpretação e utilização de conceitos-chave relativos a qualificações.

Figura 4: Diferentes conceitos sobre qualificações

Fonte: Adatado de um diagrama anterior preparado em consulta com Borhene Chakroun, James Keevy, Kayllash Allgoo, Patrick Werquin, Anne-Marie Charraud e Herve Huot-Marchand

A maioria dos países francófonos em África aderiu e implementou o sistema LMD, com base na estrutura de três ciclos de graus, sustentado por um sistema de créditos. Duas directivas de âmbito regional foram promulgadas, estabelecendo o sistema LMD:

- Directiva 02/06-UEAC-019-CM-14 de 10 de Março de 2006: organização de estudos superiores na Comunidade Económica e Monetária da África Central no âmbito do sistema LMD (África Central); e
- Directiva 03/2007/CM/UEMOA de 4 de Julho de 2007: adoção do sistema LMD nas universidades e instituições de ensino superior da União Monetária e Económica da África Ocidental (também conhecida pela sigla UEMOA) em francês

Este estudo de mapeamento fez o balanço de uma série de qualificações com elementos de compreensão comum em muitos países francófonos: Certificat d'Aptitude Professionnelle (CAP), Baccalauréat, Brevet of Higher Technician (BTS), Diplôme Universitaire de Technologie (DUT), Diplôme d'Études Universitaires Générales (DEUG), Diplômes d'Études Universitaires Professionnelles (DEUP), Diplôme Universitaire d'Études Scientifiques (DUES), Licença (Académica, Profissional, Tecnológica), Mestrado (Profissional, Académica, Especializada), Diploma de Engenharia. Porém, designações e pontos de referência comuns não significam necessariamente uma comparabilidade total das qualificações em diferentes países. A estrutura dos ciclos educativos e das organizações institucionais em cada país determina diferentes resultados de aprendizagem associados a qualificações que partilham designações semelhantes entre países.

Abordagem baseada em competências nos sistemas TVE

Vários países francófonos adoptaram uma abordagem baseada em competências para os programas e qualificações da TVET. Marrocos e a Tunísia aplicam a APC há mais de uma década, desenvolvendo um grande número de programas TVET (todos os níveis) e pacotes metodológicos abrangentes. A tradição da APC está bem ancorada e foi apoiada por vários projetos de parcerias e assistência técnica do Canadá. No caso dos Camarões, a reforma do APC começou em 2004 e tem sido aplicada na concepção da maioria dos programas do ensino técnico secundário. A implementação da formação baseada no APC nem sempre é bem conseguida depois da aprovação dos pacotes normas, programas e avaliação para novos perfis e especializações. Há várias razões para tal, desde preferências institucionais a elevados requisitos técnicos e pedagógicos para tornar estes programas operacionais a nível dos prestadores. O APC não é a única abordagem à TVET baseada em resultados de aprendizagem, como o caso marroquino exemplifica.

Países com tradições portuguesas na educação e na formação

Quatro dos cinco países de língua portuguesa em África adoptaram e estão a desenvolver ou a implementar QNQs. Este relatório de mapeamento fornece amplas provas sobre as tendências e realizações do QNQ em Angola, Cabo Verde e Moçambique. A Guiné-Bissau começou a desenvolver o seu QNQ em 2020, com o apoio de parceiros internacionais. São Tomé e Príncipe está consciente do interesse em se iniciar um roteiro para o seu QNQ, e o processo do ACQF irá provavelmente contribuir para apoiar esta motivação. O conceito de “qualificação” aplicado nestes países não difere das definições internacionais utilizadas neste relatório.

Em outras dimensões dos seus sistemas de qualificações, estes países partilham algumas semelhanças - especialmente a estrutura de três ciclos e o sistema de créditos dos diplomas do ensino superior (Cabo Verde e Moçambique) e a utilização da abordagem baseada em competências (tipo APC) para a TVET (Cabo Verde e Moçambique). Os descritores de nível dos QNQs são amplamente partilhados: tanto Cabo Verde como Moçambique optaram pela combinação de três domínios: conhecimento, aptidões e responsabilidade e autonomia. Algumas diferenças podem ser notadas na estrutura do QNQ (Cabo Verde é o único caso com a estrutura de oito níveis) e na arquitectura muito diferente dos sistemas TVET (níveis e instituições).

Nestes países o QNQ é evidentemente uma das componentes do sistema nacional de qualificações mais vasto, e não um instrumento político separado ou isolado. O QNQ funciona em conjunto com outros instrumentos e componentes essenciais - o catálogo nacional de qualificações, o sistema de gestão da qualidade e o sistema de validação da aprendizagem não formal e informal. Esta ligação sistémica do QNQ é definida em documentos políticos e na base

jurídica e é posta em prática pela estrutura de governação. A experiência do QNQ de Cabo Verde é a mais avançada e mostra como o organismo de coordenação do sistema nacional de qualificações engloba todas as componentes acima mencionadas. O caso de Moçambique tem a particularidade de a experiência do quadro de qualificações ter sido até agora baseada em quadros sectoriais (TVET e ensino superior). No entanto, o quadro de qualificações TVET é uma componente do sistema mais amplo de gestão da qualidade e governação da TVET, e o quadro de qualificações do ensino superior está estreitamente ligado ao sistema de gestão da qualidade (avaliação e acreditação). Angola está a seguir a mesma abordagem sistémica ao conceptualizar e conceber o seu QNQ - vários componentes e instrumentos convergindo entre si. Os três relatórios nacionais (Angola, Cabo Verde e Moçambique) incluídos neste estudo de mapeamento fornecem amplas provas desta visão do lugar e do papel do QNQ.

O QNQ cumpre objectivos de natureza doméstica, mas está também claramente orientado para posicionar as qualificações e níveis dos países no contexto regional relevante. As referências a esta comparabilidade internacional e ao papel de integração do QNQ são claramente especificadas na base jurídica do QNQ de Cabo Verde e do QNQ integrado de Moçambique. O primeiro ambiciona realizar a comparação com o Quadro Europeu de Qualificações e cooperar com quadros e sistemas na CEDEAO. Ao mesmo tempo, Moçambique está concentrado e orientado à SADC e ao compromisso de alinhar o QNQ com a estrutura de dez níveis do QRQ da SADC. O actual processo de reflexão do QNQ em Angola está também alinhado com o QRQ da SADC.

10. A interação entre os QNQs, QRQs e o ACQFF

O estudo de mapeamento salientou o facto de que a interação entre os QRQs emergentes, os vários QNQs em toda a África e o ACQF proposto será um factor crítico para o trabalho futuro nesta área. Embora os QNQs sejam bastante distintos na sua orientação e objectivo, a potencial cooperação e complementaridade entre os QRQs e o ACQF necessita de uma fundamentação com base numa visão partilhada, no reconhecimento de interesses e objectivos regionais específicos, e na consideração de economias de escala. O diálogo, a consulta e a criação de confiança serão essenciais para moldar as funções prioritárias e os modos operacionais do ACQF para os QNQs e QRQs em África. Uma visão orientada para o futuro é importante e deverá incluir novas aprendizagens, novos tipos de certificados e ferramentas de outorga para cada reforma e quadro de qualificações.

O objectivo prioritário 4 (c e d) do CESA 16-25 fornece a visão política e os fundamentos para o vasto âmbito do ACQF nas suas inter-relações com os quadros regionais e nacionais de qualificações no continente. As conclusões deste estudo de mapeamento e os intercâmbios de pares em curso com CERs e autoridades a nível nacional (QNQ) fornecem provas que apoiam as opções de desenvolvimento do ACQF para uma cooperação eficaz, sustentável e pertinente com os QRQs existentes no continente (tais como o SADCQF, EAC RQF e outros em desenvolvimento), e com os QRQs envolvendo QNQs africanos (tais como o Quadro Árabe de Qualificações). Os alvos concretos, modalidades e formato jurídico das inter-relações entre os níveis continentais, regionais e nacionais serão objecto de deliberações políticas e de análises técnicas e organizacionais. As vantagens e desvantagens de cada cenário devem ser cuidadosamente desempacotadas e, o processo e obtenção de alguma forma de consenso devem ser feitos criteriosamente através do diálogo social. A criação de confiança durante este processo será essencial para assegurar que a implementação do modelo possa ser feita de uma forma sustentável, construtiva e coordenada.

11. Conclusão

O interesse na partilha de experiências e na aprendizagem entre pares relativamente a questões relacionadas com quadros e sistemas de qualificações é elevado entre os países africanos. O ACQF é visto como um catalisador de aprendizagem política, de convergência de práticas e ferramentas que permitem qualificações comparáveis e transparentes, e eventualmente uma mobilidade justa. A maioria dos países espera que o ACQF apoie o desenvolvimento de quadros de qualificações e mecanismos operacionais a nível regional e nacional.

Este estudo de mapeamento e o processo e resultados previstos no contexto do projecto de desenvolvimento do ACQF contribuem para uma primeira fase (ou cenário) rumo ao futuro ACQF: uma plataforma e rede para uma maior harmonização, transparência e informação facilmente acessível sobre quadros e sistemas de qualificações em todo o continente. Mais importante ainda: um quadro de qualificações continental para as pessoas.

Principais fontes deste relatório de síntese

Documentos e relatórios do projecto ACQF desenvolvidos durante o seu planeamento de desenvolvimentog

- ACQF. 2019. 'Developing the African Continental Qualifications Framework (ACQF): Scope of work and roadmap 2019–2022'. Technical working document. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: E. Castel-Branco.
- ACQF. 2020. 'African Union policy context of the African Continental Qualifications Framework'. Working paper. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: E. Castel-Branco.
- ACQF. 2020. Peer-learning webinars July–October 2020 (full content). <https://openspace.etf.europa.eu/pages/acqf-peer-learning-webinars>

Documentos e relatórios do projeto ACQF desenvolvidos durante o estudo de mapeamento

- ACQF. 2020. 'Participation in the pilot project “Linking qualifications to skills” – ESCO hierarchy (EU) – phase 2'. Note, 3 April. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: E. Castel-Branco.
- ACQF. 2020. *Towards the African Continental Qualifications Framework – Mapping report*. Authors: J. Keevy, A. Bateman, E. Castel-Branco, L. Mavimbela, J. Adotevi, L. Sutherland and R. Matlala. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF *mapping study: Angola*. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: E. Castel-Branco. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF *mapping study: Cameroon*. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: E. Castel-Branco. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF *mapping study: Cape Verde*. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: E. Castel-Branco. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF *mapping study: East Africa Community*. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: M. Overeem. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF *mapping study: ECOWAS*. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: J. Adotevi. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF *mapping study: Egypt*. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: L. Sutherland. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF *mapping study: Ethiopia*. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: J. Keevy. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF *mapping study: Ivory Coast*. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: M. Merawa. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF *mapping study: Kenya*. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: M. Overeem. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>

- ACQF mapping study: Morocco.* 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: E. Castel-Branco. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF mapping study: Mozambique.* 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: E. Castel-Branco. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF mapping study: Nigeria.* 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: J. Ezeanwukwe. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF mapping study: Togo.* 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: J. Adotevi. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF mapping study: SADC.* 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: L. Mavimbela. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF mapping study: Senegal.* 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: J. Adotevi. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF mapping study: South Africa.* 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: JET Education Services (Z. Vally, R. Matlala, T. Sibiya and T. Makhoabenyane). <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF mapping study: Togo.* 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: J. Adotevi. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF mapping study: Analysis of online survey.* 2020. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: JET Education Services (J. Keevy and Z. Vally). <https://bit.ly/ACQF-OnlineSurvey2019-20>
- ACQF.* 2021. *Towards the African Continental Qualifications Framework – Mapping report.* AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Authors: J. Keevy, A. Bateman, E. Castel-Branco, L. Mavimbela, J. Adotevi, L. Sutherland, R. Matlala, U. Kyari and T. Sibiya. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF.* 2021. *Towards the African Continental Qualifications Framework – Synthesis report.* AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Authors: J. Keevy, A. Bateman, E. Castel-Branco, L. Mavimbela, J. Adotevi, L. Sutherland, and R. Matlala. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF.* 2021. *Snapshot of the Mapping Study Towards the African Continental Qualifications Framework.* AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Authors: J. Keevy, E. Castel-Branco. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>

